



Vandercy: 540 licenças-maternidade só no primeiro semestre

■ Secretária culpa excesso de licenças e afastamentos

A secretária de Educação, Vandercy de Camargos, relacionou o aumento de contratações temporárias de professores na rede pública ao elevado número de licenças e atestados médicos apresentados por profissionais que atuam nas salas de aula. Segundo Vandercy de Camargos 70% do quadro da Secretaria é composto por mulheres, o que agrava a necessidade de ausência por gestantes.

No primeiro semestre de 2006, segundo dados da Secretaria de Educação, foram 540 pedidos de licença-maternidade, que permite ausência do trabalho por 120 dias. Os atestados médicos também foram citados por Vandercy para justificar as

5.185 contratações temporárias feitas até 31 de outubro deste ano.

– O contrato só é permitido na atuação em sala de aula. Temos de lidar com licenças prêmio e maternidade, além dos incontáveis atestados médicos. É um processo contínuo. E não podemos deixar as crianças sem aulas – afirmou Vandercy. – Neste ano não tivemos o problema da falta de professor.

A promotora Ana Luisa Rivera, da Promotoria da Justiça e Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal, não concorda com a secretária. Segundo ela, atestados médicos e licenças não justificam as contratações temporárias. E não são casos excepcionais, como

prevê a Constituição.

– Tanto o atestado médico quanto a licença maternidade são previsíveis dentro da área administrativa. A Constituição Federal só prevê contratação sem concurso público em casos excepcionais como, por exemplo, se todos os alunos da rede particular resolvessem estudar na rede pública. Aí o Estado não teria condições de atender toda a demanda e poderia formular os contratos temporários – disse Rivera, que aguarda a lista de professores concursados e ainda não convocados.

A secretária Vandercy de Camargos não informou o número de profissionais convocados que foram aprovados nos últimos concursos. Ela disse que as questões relacionadas a processos de seleção devem ser respondidas pela Secretaria de Gestão Administrativa. (E.M.)